

rativo de custo desapareceu, ou seja, as pessoas não localizam mais o custo proporcional de salário e máquina, ou o valor do dinheiro — elas estão desorientadas. É impossível indicar o preço em dólar (também está com inflação) ou em ORTN ou em salários mínimos etc. Então é necessário aceitar a descrição de Reinaldo de Moura: "Alto custo, só justificado para grande fluxo", ou "Alto custo de aquisição", ou "Custo relativamente alto de aquisição", ou "Custo de aquisição elevado", ou "Baixo custo, não utiliza energia elétrica" etc. Talvez um anexo, com custos em determinada data, de empilhadeiras, *palets*, armazéns, carrinhos de mão etc., em forma de tabela, permitiria tornar um pouco mais simples a escolha. O volume 3 com "custos" e "seleção" seria, então, mais fácil de usar, caso nesse livro o autor se lembre da tabela de preços.

Resumidamente, é então possível definir este novo volume 1 de Reinaldo de Moura, *Manual de movimentação de materiais*:

a) livro que se destina a técnicos de nível secundário, engenheiros formados, administradores de fábrica, mestres etc., para todos que possam ser envolvidos em movimentação e estocagem, e projeto de produto;

b) livro prático que mostra ao diretor da empresa onde deve aplicar o dinheiro de transporte interno, de fácil leitura, com identificação visual, sem leitura, dos assuntos (na Alemanha vi livros identificados por desenhos deste tipo, página por página, com código em cores). Assim, vendo no cantinho direito superior da página uma empilhadeira já se sabe que este capítulo é sobre esse assunto e toda página azul é, por exemplo, sobre custo. Em toda fábrica e em todo campo de produção deve existir este livro;

c) livro que mostra a arquitetos com quais meios poderá contar o edifício para o transporte interno de materiais e como deve o projeto possibilitar a integração;

d) o livro não dá custos comparativos (esperar o volume 3) da mão-de-obra nem dos equipamentos;

e) o livro não mostra onde e como no Brasil o equipamento já foi usado ou aprovado;

f) o livro é essencial para estudantes de escolas de engenharia e administração, que assim, antes de visitarem indústrias, poderão identificar meios de movimentação;

g) o livro não tem bibliografia, pois esta ficará para os volumes seguintes do manual.

○ resenhista aguarda com muito interesse os volumes seguintes para poder julgá-los definitivamente como livro texto e de casos. □

Kurt Ernst Weil*

*Professor titular no Departamento de Administração da Produção e de Operações Industriais (POI), EAESP/FGV.

Berthoud, Gérald. *Pladoyer pour l'autre*. Genève, Paris, Droz, 1982. 294 p.

A autogestão é freqüentemente pensada apenas em termos de produção e trabalho, o que em geral implica uma aceitação ainda que inconsciente em muitos casos do produtivismo e da uniformização capitalista.

Essa tendência perigosa ignora que a espécie humana constrói e transmite, de uma geração para outra, sistemas simbólicos que garantem a comunicação entre indivíduos e grupos e que permitem, ao mesmo tempo, a identificação e a diferenciação daqueles que compartilham o mesmo universo de significado.

Pois bem, se a autogestão pretende ser mais do que uma participação igualitária num mundo utilitário hipertrofiado, herdado diretamente da sociedade capitalista, ela não pode evitar procurar um caminho possível na soberania comunitária.

Com efeito, as sociedades se exprimem por intermédio do sentido que dão à riqueza material. Pode-se apreender essa noção em dois níveis de análise. Evidentemente, pode-se permanecer na significação banal. A riqueza, inserindo-se no universo da escassez, de acordo com as exigências da economia liberal, equivale a um valor destinado ao abarcamento individual ou coletivo. Todavia, por trás da riqueza-coisa há um modo de comunicação social ou de troca. Dessa forma, é possível se opor a uma riqueza monopolizada ou acumulada, uma riqueza compartilhada ou comunicativa, própria da formação comunitária.

O que é importante ter em conta é que uma das condições para a construção de uma sociedade autogestionária seria caminhar em direção a uma riqueza compartilhada ou simbólica, qualquer que fosse o nível e a natureza das forças produtivas. Isto implica livrarmo-nos de nossas concepções produtivistas, procurando empenhar-nos na criação de um modo de organização qualitativamente diverso do que conhecemos.

É importante lembrar que o Estado e o mercado levaram as modernas sociedades desenvolvidas a uma uniformização opressora e alienante

onde o utilitarismo corrompe a sociedade. Nesse sentido, o estudo antropológico de sociedades diversas pode indicar-nos a viabilidade de outras formas de viver e pensar. Não que devamos imitar os montanhese dos Alpes suíços ou os ganawuri da Nigéria. É bem o contrário. Não há possibilidade de autogestão sem respeito à diversidade e, portanto, à singularidade.

O antropólogo Gérald Berthoud em seu livro *Pladoyer pour l'autre* trata de uma forma nem sempre simples, mas sempre muito interessante, desse tipo de questão, que em última análise se insere na problemática da dominação e da resistência no mundo moderno. □

*Fernando Cláudio Prestes Motta**

*Professor titular no
Departamento de Administração
Geral e Recursos Humanos
(ADM) da EAESP/FGV.

Bernoux, Philippe. *Un travail a soi*. Toulouse, Privat, 1982. 252 p.

"Je peux me contenter d'une assiette de soupe par jour. Mais je veux avoir le droit de prendre des décisions sur les problèmes de l'entreprise."

(Lech Valesa, 27 août 1980)

O livro de Bernoux trata da reivindicação de apropriação entre os operários não qualificados. Entretanto, salienta que essa ambição torna-se, atualmente, universal, atingindo outras categorias da população. Na verdade, a apropriação é uma reação operária antiga. Os operários procuram, atualmente, na França, mais poder sobre o ambiente próximo, do que menos fadiga ou mais segurança.

Não é surpreendente observar a apropriação no universo operário: na fábrica a dominação dos sistemas industriais se faz sentir muito fortemente.

De qualquer modo, não é exclusivamente na fábrica que a dominação exerce seus constrangimentos. Esses também são sentidos em outros campos. Na França, a reação a essa dominação se faz presente nas lutas dos movimentos regionais, nos movimentos feminista, ecológico e muitos outros. Mas, afinal, o que pretendem esses movimentos? Essencialmente, pretendem o direito de dar sua palavra na condução de assuntos que lhes dizem respeito, de obter o reconhecimento de que um determinado domínio — o poder central — não pode mais legislar sozinho. O que torna o movimento ecológico forte, por exemplo, não é apenas a defesa da natureza e dos espaços verdes, mas a luta pelo reconhecimento do direito de expressão, ou mesmo de negociação, das populações a que tais questões se referem.

Na verdade, o termo apropriação tornou-se muito usado na França, o que segundo Bernoux é compreensível, já que um dos traços característicos das sociedades altamente burocratizadas é a exclusão do poder, levando à dependência. A apropriação é uma estratégia de conquista de um poder sobre o seu ambiente pelo grupo. Ela permite a esse grupo se defi-

nir pela luta contra a dominação. A apropriação postula, pois, a luta e o reconhecimento de um grupo. A autogestão está no estágio último da administração, mas se apóia na prática da apropriação. Ela, na verdade, é legítima. Na medida em que a autogestão implica a apropriação coletiva dos meios de poder por toda a sociedade, inclui a apropriação como caminho. Todavia, autogestão significa exercício concreto do poder; já a apropriação se manifesta no estágio de luta. □

Fernando Cláudio Prestes Motta